

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.683 - SP (2019/0244329-6)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : PEREIRA BARRETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
SPE S/A  
**ADVOGADO** : FABIO RIVELLI - SP297608  
**AGRAVADO** : CONDOMÍNIO DOMO RESIDENCIAL  
**ADVOGADOS** : CATHERINE PASPALTZIS - SP262594  
BLANCA PERES MENDES - SP278711  
ROBERTO JOSE CARDOSO DE SOUZA - SP280103  
RAFAEL PRÍCOLI MIRANDA - SP361865

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS. ARTS. 6 E 52, III DA LEI 11.101/2005. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por PEREIRA BARRETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S/A, contra inadmissão, na origem, de recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ, fl. 246):

*Processual. Ação de cobrança de despesas condominiais. Cumprimento de sentença. Decisão que rejeitou impugnação e determinou a indisponibilidade de ativos financeiros da executada. Inadmissível a análise do mérito recursal, tendo em vista que a matéria aventada no agravo não foi posta a exame pelo MM. Juízo da causa. Consideração de que o recurso é sede própria para reexame do que já foi decidido pelo juiz da causa, mas não para alegações inéditas. Disso resulta claro que não há a indispensável simetria entre os fundamentos da decisão agravada e as razões recursais deste agravo, o que revela a inobservância do princípio da dialeticidade e implica irregularidade formal.*

*Indisponibilidade de ativos financeiros. De todo modo, somente o juízo da recuperação judicial, à vista dos dados de que dispõe, é que pode e deve aquilatar o que se faz necessário*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para que a ação de recuperação judicial cumpra seu objetivo.*  
**RECURSO NÃO CONHECIDO, com observação.**

No recurso especial, a parte recorrente alega violação dos arts. 6º e 52, III, da Lei 11.101/2005, sustenta, em síntese, que a *"decisão exarada pelo tribunal a quo deu interpretação diversa da legal previstas nos arts. 6º e 52, inciso III da Lei 11.101/2005, ao imputar equivocadamente a taxa condominial como se fosse crédito de natureza extraconcursal, que não é no presente caso, pois é um crédito que também deve ser submetido à Recuperação Judicial."* (e-STJ, fl. 264).

Relata que *"trata-se de um caso concreto, ou seja, discute-se débitos condominiais, que envolvem como executadas, empresas em recuperação judicial. E, conforme previsto em Lei, todas as ações e execuções em face de uma empresa em recuperação judicial deverão ser suspensas e seus créditos submetidos ao plano da recuperação, o que afasta o prosseguimento da presente demanda"* (e-STJ fls. 268).

Requer *"seja determinada a submissão dos débitos ao plano recuperatório com a expedição da competente Carta de Crédito."* (e-STJ fls. 271).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 299/307).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

No que diz respeito à alegação de não preenchimento dos requisitos do título executivo, verifica-se que a pretensão dos recorrentes não pode ser conhecida, haja vista a ausência de prequestionamento da matéria pelo enfoque trazido pelos recorrentes, bem como a não oposição do recurso de embargos de declaração, a fim de suprir eventual omissão do acórdão vergastado.

Destarte, patente a incidência do óbice constante das Súmulas 282 e

356/STF.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. TÍTULO DE CRÉDITO. DUPLICATA. 1. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL. 2. RECONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DE PROTESTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. VIOLAÇÃO DO ART.460 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*(...)*

*3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 728.172/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe de 03/11/2015 - grifou-se).*

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAIS. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE COBRANÇA. ART. 14 DA LEI N. 8.167/1991. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DA ARGUIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVOS DESPROVIDOS.*

*1. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando a norma legal suscitada no recurso especial não foi objeto de debate no acórdão recorrido nem, a respeito, foram opostos embargos de declaração para provocar sua análise.*

*2. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro tribunal.*

*3. Incide a Súmula n. 7/STJ na hipótese em que a adoção de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*entendimento diverso da orientação firmada pela Corte estadual implica o reexame de provas dos autos.*

*(...)*

*5. Aplicação, por analogia, da Súmula n. 283/STF - "É inadmissível recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".*

*6. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.*

*7. Agravos regimentais desprovidos. (AgRg no REsp 1.282.251/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se).*

Destarte, ante a ausência do devido prequestionamento da questão ventilada, inviável a pretensão da parte recorrente.

**Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.**

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**